

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_20\_\_\_\_ DE 01 DE SETEMBRO DE 2014**

Dispõe o Recebimento,  
Depósito e doação de sobras  
de Materiais de Construção  
para pessoas carentes e  
Entidades Benéficas nos  
Termos que Especifica.

**Origem: Poder Legislativo**  
**Fábio Araújo Leal - PDT**

Senhor Presidente, cumprindo o que determina o Art. 160 e 161 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vimos apresentar projeto de lei, para apreciação deste plenário e posterior encaminhamento ao executivo para sanção e promulgação da seguinte:

**LEI**

**Art.1º** - A Administração Municipal receberá sobras de materiais de construção oriundos de edificações, reformas, escombros ou ruínas, para doação e reaproveitamento por famílias destituídas de recursos, na construção de moradias para uso próprio, ou entidades habitacionais sem fins lucrativos.

Paragrafo Único- Os materiais descritos no artigo 1º poderão ser : areia, azulejos, cimento, cal, pedra britada, grades, ferros, lajotas, blocos, materiais elétricos (fios, condutores, interruptores, etc.) hidráulicos (canos, registros, torneiras, etc.), madeiras, pias, portas, portões, tacos, tanques, telhas, tintas, vidros, etc., e deverão estar em condições de reaproveitamento.

**Art. 2º** - Para o acondicionamento dos materiais a Administração Municipal poderá usar espaços públicos (terrenos e/ ou prédios) e/ ou poderá firmar convênios com particulares para uso de espaços pertencentes a estes últimos.

**Art. 3º** - Para a organização da coleta de materiais a Administração Municipal disponibilizará um número de telefone, que será acionado pelo cidadão que deseja fazer a doação dos materiais descritos nessa lei.

§ 1º A coleta e entrega dos materiais serão gratuitas.

§ 2º A Administração Municipal fará a seleção das famílias que irão usufruir dos materiais coletados, utilizando-se do seguinte critério socioeconômico: renda de até 3 (três) salários mínimos, com prioridade aos idosos e famílias com crianças, cabendo à Secretaria de Assistência Social e Cidadania esta seleção.

**Art. 4º** - A Administração Municipal realizará campanhas publicitárias educativas para incentivar a participação da população nesta iniciativa.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul 01 de setembro de 2014

Ver. Fábio Araújo Leal  
Proponente

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Este projeto tem o escopo de auxílio no combate a sub-habitações, com o reaproveitamento de materiais de construção que geralmente sobram ao final de uma obra, e que os proprietários não tendo onde descartá-los, geralmente fazem o descarte como entulho, depositando sobre o passeio em frente a obra, para que a Prefeitura faça a coleta e o destino final, sendo que grande parte deste material, poderia ser reaproveitado pelo grande número de famílias carentes de nossa comunidade, em melhorias em suas residências, que muitas vezes não são feitas por falta de recursos para a compra de materiais, sendo que estes recursos estão sendo jogado fora como entulho, podendo ser reaproveitado, satisfazendo assim esta deficiência no auxílio as famílias de baixa renda.

Este banco de materiais de construção será feito junto a Secretaria de Ação Social, aproveitando a estrutura já existente, que faz a distribuição de alimentos e vestuário, bem como o cadastro de pessoas carentes desta secretaria, não onerando assim os cofres municipais na efetivação deste programa, uma vez que seria utilizado a estrutura já existente na coleta, armazenagem e distribuição destes materiais.

Eldorado do Sul, 01 de setembro de 2014.